

## **LAMPIÃO 2.0: O espaço de Gays Negros dentro das instituições de ensino superior<sup>1</sup>**

Armando de Jesus do Nascimento JÚNIOR<sup>2</sup>  
Iluska Maria da Silva COUTINHO<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, MG

### **RESUMO**

Este trabalho é um relato de experiência do processo de produção do Lampião 2.0, projeto desenvolvido no âmbito do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (CNPq-UFJF). A partir dos preceitos da comunicação pública, eixo central de pesquisa do núcleo, propõe-se evidenciar uma realidade ainda pouco explorada nos veículos de comunicação tradicionais e, sobretudo, desconstruir os discursos empenhados por esses veículos, muitas vezes envolvidos por uma série de estereótipos. Trata-se de uma reflexão sobre a posição do gay [e do] negro na sociedade brasileira e suas implicações no acesso, permanência e formação na Universidade Federal de Juiz de Fora. A coleta de dados e as entrevistas obtidas possibilitaram a construção de uma narrativa hipermídia que possibilitou evidenciar os desafios diários dessa comunidade na UFJF, por meio da sua ocupação, representação e transformação enquanto lugar de luta e resistência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação Pública, Jornalismo, Hipermídia, Resistência, Negritude Gay.

### **1. MARIELLE FRANCO**

Desde seu descobrimento, notadamente o Brasil convive com a perseguição a grupos socialmente vulneráveis. Do século XVI aos dias de hoje, dos colonizadores aos governos atuais, é notório o abismo entre as populações. Se lá atrás existia uma desigualdade entre os europeus e os índios, passando aos senhores de engenho e os escravos, hoje tal dessemelhança atinge outro nível. De um lado, um grupo privilegiado, notadamente formado por brancos e ricos e, de outro, comunidades marginalizadas compostas por negros e pobres.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ07-Comunicação, Espaço e Cidadania do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de junho de 2019.

<sup>2</sup> Bacharel em Jornalismo pela FACOM-UFJF, e-mail: [junior.armando@outlook.com](mailto:junior.armando@outlook.com)

<sup>3</sup> Doutora em Comunicação Social, professora do curso de Jornalismo e do PPGCOM da Faculdade de Comunicação da UFJF, orientadora do trabalho. E-mail: [iluskac@globo.com](mailto:iluskac@globo.com)

---

A cisão entre brancos e negros no Brasil está calcada em mais de três séculos de escravidão e, mesmo com a abolição, há [apenas] 130 anos, esse afastamento repercute nas condições sociais sob as quais as duas parcelas da população estão emergidas atualmente. Negros correspondem à principal fração de vítimas de crimes violentos no país e convivem com a sombra de um passado perverso ao não poderem acessar diversos espaços, majoritariamente, ocupados por brancos. A casa grande deixou de ser física e passou a ser simbólica, pois atua, ainda hoje, no imaginário popular, perpetuando um histórico de segregação e preconceito.

Se de um lado a negritude é colocada à margem da sociedade, de outro temos um grupo subjugado pelas questões de gênero e sexualidade. LGBTs são um dos principais alvos de crimes de ódio no Brasil. Isso coloca o país como o que mais mata membros dessa comunidade no mundo. Somente em 2017, por exemplo, 445 lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis<sup>4</sup> (além de outros membros que não se identificam dentro dessas denominações) foram mortos simplesmente por não se enquadrarem no padrão cis-heteronormativo presente na sociedade brasileira.

Além de conviver com o risco iminente de violência na fase adulta, LGBTs têm de lidar com os preconceitos ainda na infância e adolescência, muitas vezes reproduzidos pela própria família. As séries de violações persistem no ambiente escolar e produz números de evasão que chegam aos 80% entre a população trans<sup>5</sup>.

Nesse sentido, indivíduos que carregam essas duas identidades sociais estão mais expostos às agressões. Portanto, pensar nessas perspectivas, não só da violência, mas também em relação ao mercado de trabalho, passando pelo acesso e permanência de negros [e] LGBTs no ensino superior, bem como no histórico de apagamento dessas populações, nos dá o desafiante trabalho de evidenciar a negritude gay e revelar parte da realidade diária de luta e resistência dessa comunidade.

O grande provocador para a produção deste trabalho é a constatação da ausência de dados que quantifiquem o número de pessoas negras e LGBTs que trabalham ou

---

<sup>4</sup> Levantamento feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), organização não-governamental que realiza o mapeamento das mortes por LGBTfobia no Brasil. O GGB faz esse levantamento através de notícias em veículos de comunicação e denúncias.

<sup>5</sup> Estudo realizado pela Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, e pelo Conselho Municipal de LGBT, de Cuiabá, em 2016.

---

estudam na Universidade Federal de Juiz de Fora. Apesar de existirem dados aproximados em relação ao número de alunos negros em nível nacional - o que não reflete a realidade uma vez que nem todos os alunos pretos ou pardos entram pelo sistema de cotas ou se autodeclaram negros - não existe nenhum dado referente à comunidade LGBT dentro da universidade. Assim, este trabalho é parte também de um esforço na tentativa de desvelar as representações estereotipadas e preconceituosas dadas/atribuídas a essas pessoas na mídia tradicional, prioritariamente comercial. É pensando nessa sub-representação que emergiu a necessidade de falar sobre essa temática. À luz do que propõe a comunicação pública, este trabalho se coloca como uma alternativa à prática dos conglomerados comerciais ao explorar o potencial de promover uma comunicação que incentive a cidadania e promova a democratização da informação. Longe dos interesses mercadológicos, tal comunicação deve prezar pela representação diversa da população, tal como ela é. Nesse sentido, busca-se uma produção de conteúdo diverso e que estimule uma reflexão acerca do tema por meio da uma pluralidade de vozes e da diversificação e inovação de formatos.

**...PRESENTE!**

## **2. MATHEUSA PASSARELI... O GENOCÍDIO NEGRO: ENTRE VIOLÊNCIAS E OPORTUNIDADES**

De acordo com o “Atlas da Violência”, de 2017, a população negra é a principal vítima de mortes violentas no Brasil. A cada 100 homicídios registrados no país, 71 são de pessoas negras. O levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que negros e negras possuem 23,5% mais chances de serem mortos do que indivíduos de outras raças.

Apesar de compor mais da metade da população brasileira (cerca de 54%)<sup>6</sup>, os negros ainda ocupam papel secundário na sociedade. Do mercado de trabalho aos cargos públicos, pretos e pardos, pela denominação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são sub-representados nos espaços públicos e privados. Ao

---

<sup>6</sup> Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016 (PNAD-C), divulgadas pelo IBGE em novembro de 2017.

---

analisarmos o perfil das maiores empresas do Brasil<sup>7</sup>, constatamos que negros ocupam apenas 4,7% dos cargos de poder dentro das corporações. Esse cenário pouco muda quando analisamos o espaço ocupado por negros no setor público federal. Levantamento do Ipea<sup>8</sup>, de 2012, mostrou que a parcela de vagas ocupadas por essa população não ultrapassou 16,6% em alguns postos, enquanto brancos chegam a ocupar 94% dos cargos em determinados setores avaliados.

A presença de negros no mercado de trabalho, bem como a ocupação de vagas no setor público, deve ser compreendida a partir da raiz do problema. Nesse sentido, não se pode prosseguir nessa discussão sem antes admitir que “parte” dessa disparidade, entre brancos e negros, está diretamente ligada ao acesso desigual à formação educacional dessas populações.

De acordo com o IBGE (PNAD-C, de 2016), o índice de analfabetismo entre a população negra é mais que o dobro em relação ao índice registrado entre os brancos (9,9% e 4,2%, respectivamente).

Quando deslocamos essa análise para a presença negra em cursos de nível superior, entramos em outro revés. Dados do mesmo instituto, de 2004, mostravam que 16,7% de estudantes pretos e pardos, entre 18 e 24 anos, estavam nas universidades. Nesse ano, o percentual de estudantes brancos que estavam na faculdade era de 47,2%. Em 2014, o estudo revelou que enquanto 71,4% dos jovens brancos cursavam o ensino superior, somente 45,5% de negros tinham a mesma oportunidade. Ou seja, o percentual de pretos e pardos nas universidades não ultrapassou o patamar de brancos há dez anos.

Considerando o total da população, outro estudo do IBGE<sup>9</sup>, de 2015, indica que desde 2005, ano de implementação das ações afirmativas, como o sistema de cotas, o percentual de negros que conseguiram chegar ao ensino superior mais que dobrou. Em

---

<sup>7</sup> Levantamento “Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas” organizado pelo Instituto Ethos em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, divulgado em maio de 2016, disponível em [https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil\\_social\\_racial\\_genero\\_500empr](https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_racial_genero_500empr)

<sup>8</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), organizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2012.

<sup>9</sup> Volume da Síntese de indicadores sociais divulgada em 2016 pelo IBGE. Consta de uma análise das condições de vida da população brasileira nesse ano, com indicadores que sistematizam um conjunto de informações sobre a realidade social do país, a partir de temas de relevância como demografia, famílias, educação, trabalho, distribuição de renda e domicílios.

---

dez anos, o número de pretos e pardos, com idade entre 18 e 24 anos, passou de 5,5% para 12,8%. No entanto, apesar desse crescimento, o número corresponde a menos da metade dos jovens brancos com a mesma oportunidade, 26,5%.

## **2.1. Estereótipos e negação**

O espaço ocupado por negros na sociedade brasileira está aquém daqueles apropriados por brancos; e isso vai além das vagas no ensino superior público. Se reflete, sobretudo, nas representações dessa comunidade nos veículos de comunicação. Considerando o poder que as tecnologias da informação têm sobre nossa vida cotidiana, poderio encarnado sobretudo pela televisão, é primordial trazer essa discussão também para a questão da representação. Para isso, retomamos um livro de Muniz Sodré, publicado em 1999. Em “Claros e Escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil”, Sodré trabalha a identidade cultural brasileira como uma das principais questões para sermos quem somos e, nesse sentido, o autor analisa a banalização da identidade nacional sistematicamente desconsiderada e, muitas vezes, até negada pelos agentes midiáticos e pelo mercado. O livro de Sodré é dividido em três partes: o campo identitário, o campo da singularidade e a diferença e a mídia. É essa última parte que traz a questão da identidade trabalhada pela mídia e sobre a qual pretendemos dedicar mais atenção a seguir.

De acordo com Sodré (1999) o discurso construído pela grande mídia desenvolve papel central na produção e reprodução do preconceito e do racismo. Para o autor, as empresas de comunicação, política e institucionalmente, corroboram com o pensamento comum de uma elite, sobretudo branca, em detrimento de uma representação baseada na “desigualdade social pela cor da pele”. Existe, portanto, um “racismo midiático”.

Essa disparidade foi constatada em pesquisa realizada pelo Coletivo Vai da Pé, em 2017. A organização de mídia independente levantou 204 programas das sete principais emissoras de televisão abertas do Brasil. O objetivo era verificar a divisão racial entre os apresentadores. Analisando os programas transmitidos entre o segundo semestre de 2016 e o primeiro de 2017, o coletivo identificou uma grande discrepância entre brancos e negros na TV. Dos 272 apresentadores que compunham a grade de programação,

---

apenas 10 eram negros, ou seja, somente 3,7%. Se a programação fosse composta apenas por programas com apresentação, em 24 horas negros ficariam no ar por apenas 6 minutos.

Historicamente a televisão brasileira reservou aos negros papéis de subalternidade na sua programação. Em seu principal produto, as telenovelas, os negros são comumente empregados em personagens subordinados ou estereotipados. Em 2004, a novela “Da Cor do Pecado” trazia a personagem principal Preta, vivida pela atriz Taís Araújo. O nome do folhetim fazia uma referência nítida à luxúria e ao proibido, imagens frequentemente impostas aos negros. Como indica Sodré (2001), existe no Brasil um “racismo midiático” perpetrado pelas empresas de comunicação que, a nível cultural, propagam modelos e isso ocorre a partir da visão de um grupo dominante. O efeito disso é uma representação embebida de estereótipos e que acaba por ignorar toda diversidade cultural presente no país. “Os negros são representados de maneira estereotipada como se isto fosse uma verdade dada a priori e aceita pela sociedade como justificativa para admitir que a inferioridade dos negros parece ser incontestável” (PEREIRA, 2001, p. 49).

Isso aponta, portanto, para um cerceamento da identidade negra no principal veículo de comunicação do país e não se limita apenas aos programas. Se reproduz nas séries, filmes e novelas e nas edições dos noticiários.

**...PRESENTE!**

### **3. DANDARA DOS SANTOS... O EXTERMÍNIO E IDENTIDADE**

Quando desviamos o olhar da questão negra para a questão gay entramos em outro debate. As negritudes são muitas, assim como são muitas as homossexualidades. A identidade, como propõe Hall (2001), por exemplo, sofreu transformações desde a Antiguidade e, com a modernidade, deixou de ser estável e passou a sofrer diversas fragmentações, sendo composta agora por diversas identidades, como parte de um processo

mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência

---

que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2001, p.7).

Se com a Pós-Modernidade as velhas identidades entraram em colapso, como propõe Hall, com o desenvolvimento sócio-político-cultural, os sujeitos não estão mais ‘íntegros’ em si mesmo. A pós-modernidade trouxe ao indivíduo uma identidade (re)construída e mutável. O sujeito é compreendido como um ser capaz de assumir diferentes identidades em diferentes momentos e situações. Existe, portanto, uma “crise de identidade” que passa a transformar as sociedades contemporâneas.

Os conceitos trabalhados por Hall trazem à tona as capacidades de inserção social dos indivíduos através de algo tão particular e definitivo para os sujeitos, como a identidade e suas fragmentações, levando-se em conta questões de classe, gênero, sexualidade, raça e nacionalidade.

Sobre essa mutabilidade do indivíduo e sua identidade, Martino (2010) diz que existe uma dicotomia entre o “igual *versus* o diferente”, onde o que é diferente comumente é assumido com uma conotação negativa. Nesse sentido, a identidade, ou o conjunto de identidades, é construída a parti dos papéis experimentados pelos sujeitos e sofrem mudanças de acordo com as ressignificações desses papéis, uma vez que

(...) os discursos de identidade, em geral, também são discursos de diferença, estabelecendo dentro de seus critérios o que é igual e o que é estranho. Essa definição, aparentemente simples, pode ter consequências graves quando levada a extremos, momentos em que a definição da diferença dá lugar à classificação do diferente como negativo (MARTINO, 2010, p.37).

Se a identidade é um constructo social, e apresenta-se em constante transformação, é necessário crer também na existencialidade de uma identidade coletiva que acaba permeando (e sendo permeada) pela individual, pois

do ponto de vista da identidade individual, cada pessoa possui um nome, uma profissão, pode ter uma crença religiosa e, ainda, pertencer a determinado grupo social, que a liga às demais por determinada afinidade. Assim, observa-se uma relação entre o que pode se chamar de identidade individual e o conceito de identidade coletiva, a qual pressupõe a consciência de pertencimento a um grupo (MORAES E SOARES, 2012, p. 37)

Se a identidade é uma construção social, a masculinidade talvez seja o principal molde pelo qual os indivíduos expressam a identidade, seja performando-a ou sendo

---

alvo dessa performance. É na perspectiva de transformação e interação dos indivíduos que se desenvolve os conceitos trabalhados por Robert Conell. Em “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito” o autor traz à tona o conceito de masculinidade hegemônica e sua influência para o pensamento sobre homens, gênero e sua inserção numa hierarquia social. A masculinidade, revisada por Conell, está diretamente ligada à uma relação de poder. No caso dos gays, a concepção do “papel do homem” transformou-o de sujeito da opressão para sujeito oprimido, a partir da conceituação de que existe “uma hierarquia das masculinidades (...) a partir da experiência de homens homossexuais com a violência e com o preconceito dos homens heterossexuais” (CONNELL, 2013, p. 244).

A masculinidade hegemônica para o autor se opõe, então, às masculinidades subordinadas. A primeira não se assume como um fator estatístico predominante, até porque uma minoria de homens a assumem. O que o autor destaca é que ela não só se opõe, mas se impõe. A masculinidade hegemônica se configura como um fator normativo, ou seja, faz com que homens incorporem “a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global” (CONNELL, 2013, p. 245), seja em relação às mulheres ou aos homens homossexuais.

Numa sociedade arraigada de preconceitos e dissonâncias com a diversidade, não é demais supor a predominância da masculinidade hegemônica como fator normativo do comportamento de homens e no cerceamento de outros indivíduos. Esse cerceamento atua na legitimação da opressão aos grupos que não desempenham essa masculinidade.

Isso se concretiza na realidade brasileira quando analisamos os índices de violência contra a comunidade LGBT. O Brasil é o país que mais mata membros dessa comunidade no mundo. De acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB), somente até outubro de 2018, 346 vítimas fatais foram registradas pelo grupo. A cada 19 horas, uma lésbica, gay, bissexual, transexual ou travesti é morta no Brasil. A média de vida dessa população, com base no levantamento feito pelo GGB nos últimos 16 anos com “todas”<sup>10</sup> as mortes registradas, não passa de 42,6 anos.

---

<sup>10</sup> Trata-se de um número subnotificado uma vez que a LGBTfobia não é considerada crime no Brasil. Nem todos os casos são registrados como LGBTfobia. O levantamento do GGB é feito com base em notícias e em denúncias.

---

No Brasil - apesar dos avanços, como a conquista do casamento igualitário para homossexuais e lésbicas e o direito ao uso de nomes sociais para pessoas trans -, as políticas públicas existentes não são capazes de promover igualdade para pessoas que desempenham sua identidade e/ou sexualidade fora do padrão cis-heteronormativo. À nível municipal, desde o ano 2000, a lei orgânica de Juiz de Fora pune “qualquer manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra qualquer cidadão homossexual (masculino ou feminino) bissexual ou transgênero” (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL 9.791/2000). No entanto, em mais de dezoito anos de Lei Rosa, como ficou conhecida a portaria, o município não avançou na criação de espaços de referência para atendimento e acolhimento de cidadãos LGBTs em situações de vulnerabilidade na cidade.

À exemplo das mudanças no cenário político atual, que apontam para um retrocesso dos [poucos] avanços conquistados nos últimos anos, como a aprovação de planos de educação pelo país que excluem termos como gênero e/ou limitam o uso da palavra diversidade, está sinalizado que conquistar esse espaço só será possível por meio de muita luta.

Em 2017, Juiz de Fora foi uma das várias cidades brasileiras que aprovaram diretrizes de educação que retiravam ou deturpavam o conceito de diversidade nos seus planos. A lei sancionada pelo então prefeito, Bruno Siqueira, determina que diversidade deve ser abordada nas escolas exclusivamente como sinônimo de educação inclusiva ou especial, pois

a promoção da cidadania e dos princípios do respeito aos direitos humanos e à diversidade não poderá se sobrepor aos direitos dos pais à formação moral de seus filhos, nem interferir nos princípios e valores adotados ao ambiente familiar, conforme assegurado pela Convenção Americana dos Direitos Humanos, Constituição Federal de 1988, Código Civil Brasileiro e demais normas infraconstitucionais. (PME, LEI MUNICIPAL 13.502/2017)

### **3.1. Encruzilhada: interseccionalidades**

Carregar essas duas identidades sociais, negra e LGBT, faz com esses indivíduos estejam mais expostos às violações, uma vez que

---

O racismo e a homofobia não operam da mesma maneira e com a mesma intensidade. É possível supor que, nas experiências de gays afeminados, viados e bichas, o racismo pode ser o destaque, enquanto que a homofobia pode ser o destaque na vida de outros.(...) No entanto, esses dois marcadores estarão presentes ao longo de suas vidas, como uma sombra que muda de tamanho e de forma à medida que se move” (OLIVEIRA, 2017, p. 35).

O perigo reside justamente na “presunção comum nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas que todos os negros são heterossexuais e que todos os LGBTTTTI são brancos. O negro gay, a lésbica negra... eles não existem” (MUNDELL, 2013, p. 4). Nesse sentido, este trabalho propõe levantar uma discussão em torno da presença de gays negros no ensino superior através de produções que fujam de uma lógica ainda comum e se tornem um ponto de convergência entre o movimento LGBT (ainda pautado pela branquitude) e o movimento negro (ainda pautado pela heterossexualidade) e pensando nessa sub-representação que emergiu a necessidade de falar sobre essa temática.

Nesse ponto, resgatamos a questão da masculinidade para trazer a contribuição de Mundell (2013). Ao trabalhar a perspectiva interseccional na cena gay negra de Salvador, o autor destaca a concepção de uma “masculinidade inter- e intra-plural”. Segundo o autor, não existe só uma masculinidade dentro de uma sociedade e nem mesmo dentro de um mesmo indivíduo. As masculinidades, novamente, hierarquizam o homem e, no caso dos homens negros, são estereotipadas [as masculinidades] desde seu contato histórico com o homem branco e isso perdura nas sociedades atuais, sobretudo nas ocidentais ou ocidentalizadas. O negro, nesse caso, é caracterizado e “violentamente reduzido aos confins do seu corpo e, por extensão, simbólica e, às vezes, literalmente ao seu sexo: seu pênis” (MUNDELL, 2010, p. 3).

A partir de entrevistas com bichas pretas de Salvador, Mundell traça então um perfil geral desses homens, gays e negros - a relação com a família, a relação consigo mesmo (reforçaram a percepção imagética de que um bom homem é rígido, forte, másculo, honroso e viril), os relacionamentos com outros homens (alguns desenvolviam relacionamentos com homens brancos que corroboravam para “o mito do negro voraz, dotado, machão e hipersexual”), sua relação com a sociedade (muitos relataram a

---

facilidade de se passar por heterossexual na tentativa de fugir dos “olhos alheios”, protegendo-os de preconceitos).

O trabalho de John Andrew Mundell traz uma contribuição para este projeto no sentido de ser e se configurar como relato de experiências a serem observadas e consideradas, pois se aproximam na intersecção entre gays e negros e na realização de entrevistas realizadas para um delineamento da masculinidade exercida e presente na negritude gay de Salvador.

**...PRESENTE!**

#### **4. HÉRIKA IZIDÓRIO... DESENVOLVIMENTO**

O planejamento inicial para o desenvolvimento da reportagem envolvia abranger o maior número de pessoas possíveis que compunham o *corpus* da pesquisa: professores, alunos, técnicos e terceirizados. Durante o desenvolvimento do trabalho nos deparamos com uma dificuldade de chegar até esses públicos (com exceção dos alunos que, relativamente, foram de fácil acesso). Encontrar professores, técnicos e terceirizados, gays e negros, talvez tenha representado o nosso maior obstáculo. A ausência desses públicos deixou, sim, a reportagem menos plural. Mas, se por um lado perdemos nesse sentido, por outro essa ausência nos permitiu constatar que não se trata de uma carência só da reportagem. Trata-se, na verdade, de um vácuo de diversidade dentro da UFJF. A falta de gays negros ocupando postos na universidade denuncia que muitos avanços ainda precisam ser costurados, interna e externamente.

A realização envolveu também a busca por tentar elucidar algumas questões complexas, que envolviam diretamente órgãos da UFJF e profissionais da instituição. A obtenção de dados, por exemplo, foi uma tentativa sem resposta. Tentamos contato com a Diretoria de Ações Afirmativas, a Diaaf. O órgão é o responsável pelas políticas de ações afirmativas da instituição.

É preciso reconhecer que a UFJF tem um ambiente relativamente progressista nesse campo. Podemos nos orgulhar de estarmos na primeira universidade mineira a adotar o sistema de cotas para o ingresso no ensino superior público, em 2004 - um ano

---

antes da lei que tornaria isso obrigatório. A instituição realizou, e continua realizando, diversas ações no combate ao preconceito e em defesa da diversidade nos últimos anos. No entanto, esses avanços não podem se resumir à ações específicas de publicidade, em datas comemorativas.

Em 57 anos de história e em mais de 14 de políticas de ações afirmativas, não é aceitável que a universidade não conheça sua comunidade. Não basta ser uma das 25 melhores universidades do país; é preciso fazer com que as pessoas, todas as que lá estão, sintam essa qualidade. E isso deve passar prioritariamente pela manutenção de políticas de públicas que garantam os direitos dos seus estudantes e funcionários mais vulneráveis, negros e LGBT.

**...PRESENTE!**

## **5. ARMANDO JÚNIOR... CONCLUSÃO**

Antes de mais nada, eu preciso reconhecer que este trabalho foi também um processo de libertação pessoal, pois permitiu me enxergar, me reconhecer e me reafirmar dentro dessas comunidades. Este trabalho não fala apenas dos outros, mas também de mim. Portanto, vem daí a importância de construir um veículo que pudesse dar conta dessas angústias. Era preciso pensar em representatividade não apenas considerando o que está sendo dito sobre algo ou alguém; é também observando as formas empregadas para se dizer, os alvos aos quais se pretendem atingir e por quem esse discurso está sendo construído. Avaliando a relevância da temática abordada e as urgentes discussões que o material levanta, este trabalho aponta para a necessidade de criação de espaços de fala para quem tem muito a dizer, mas tem caçado, diariamente, o direito de falar.

A experiência da reportagem, a partir dos depoimentos, evidenciou um histórico de apagamento e negação das identidades dos entrevistados. Todos, em geral, mostraram marcas de uma formação arraigada de preconceitos, desde os anos iniciais da educação básica à faculdade, passando pelo mercado de trabalho. Algo comum para as duas comunidades, os entrevistados relataram histórias de discriminação, da família à

---

religião, da escola à academia, das ruas aos espaços de socialização. O espaço acadêmico se configurou, a partir dos relatos, como um lugar de dois gumes. Por um lado, um consenso de que este se torna um reduto onde “as tribos se encontram, se identificam e se fortalecem no enfrentamento às discriminações e fobias sociais”. Por outro, se apresenta como um terreno de disputa para ambos os grupos, negro e LGBT, afinal trata-se de um ambiente ocupado majoritariamente por pessoas brancas, cis-gêneras e heterossexuais. O processo de aceitação das identidades fez parte da construção desses indivíduos e tornou-se motivo de orgulho e afirmação.

O processo de produção da reportagem, desde a concepção da temática à publicação, possibilitou a reafirmação do papel social do jornalismo que é o de permitir que, através da informação, uma realidade possa ser transformada. Ao lançar luz sobre problemas comumente abafados pela grande mídia, estamos permitindo que mais pessoas tomem conhecimento das dificuldades do próximo e possam se juntar a essa luta. Mais importante do que isso, estamos dando a oportunidade de comunidades, antes segregadas desse poder de fala, de denunciarem violações que até então eram ignoradas.

No ano em que se completam 70 anos da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é preciso abrir caminho para que os indivíduos sejam respeitados em suas individualidades e tenham garantidos seus direitos; e isso significa garantir o acesso igual e democrático aos espaços, do mercado de trabalho ao ensino superior. Dos cargos públicos aos postos de poder.

Quarenta anos depois de sua fundação, O Lâmpião da Esquina mostra, através do papel-jornal agora digitalizado, que é possível [e preciso] fazer resistência diante dos retrocessos e conservadorismo que se impõem, na sua época e agora. Mais atual do que nunca, seu espírito continua vivo diante de uma lacuna e uma anseio por uma comunicação que seja capaz de questionar e ser transformadora.

A partir dessa perspectiva de potencialidade para o jornalismo, ao promover a comunicação de agressões cotidianas sofridas por uma comunidade até então apagada, Lâmpião 2.0 se aproxima da inovação ao se colocar como um ponto fora da curva pelo jornalismo praticado pelas mídias tradicionais. Ademais, pela forma e pelo conteúdo,

---

arrisca em não reproduzir um modelo de comercial mas, sim, valorizando vozes dissonantes da sociedade comumente silenciadas.

Em um momento conturbado, política e socialmente, Lâmpião 2.0 vem para atuar na defesa inalienável dos cidadãos de se expressarem livremente, seja através de meios de comunicação ou até mesmo pelo simples ato de (r)existência, afinal de contas, num país que comete genocídio contra negros e LGBTQs, nosso corpo, em sua existência, é um ato político. No início e ao final de cada capítulo deste trabalho lembramos os nomes de indivíduos que tiveram caçados seus direitos simplesmente por não se encaixarem nos padrões impostos por uma sociedade preconceituosa e arraigada de violência. Marielle, Matheusa, Dandara, Hérica e Michel, presentes! Machistas, racistas e homofóbicos não passarão.

...PRESENTE!

## REFERÊNCIAS

- CHAVES, Maria Laura Barbosa. **O Negro na Mídia Brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro Universitário de Brasília, UniCEUB. 2008. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1951/2/20427316.pdf> . Acesso em: 08/04/18.
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHIMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Revista Estudos Feministas, v. 21, n.1, p. 241-282. Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650> . Acesso em 08/04/18.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução. Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, revista de sociologia da usp, v.26, n. 1, pp. 61-73, 2014. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979/87743>. Acesso em: 30/05/18.
- LYSARDO-DIAS, Dylia. **A construção e a desconstrução dos estereótipos na sociedade brasileira**. Stockholm review of latin american studies. n°2 09/2007 p.25-35.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Comunicação e identidade: quem você pensa que é?** São Paulo: Paulus, 2010.

---

MORAES, Elaine C. Gomes e SOARES, Murilo César. **O movimento homossexual no Brasil: construção da identidade, eventos e visibilidade mediática.** Revista Comunicação & Inovação, São Caetano do Sul, vol. 14, n.26, 2013. Disponível em: [http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_comunicacao\\_inovacao/article/view/1720](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/1720). Acesso em: 22/11/18.

MUNDELL, John Andrew. **As masculinidades de homens negros gays em Salvador da Bahia.** Seminário Internacional Fazendo Gênero. 2013. Disponível em: [http://www.fg2013.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373321880\\_ARQUIVO\\_FazendoGenero10Paper.pdf](http://www.fg2013.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373321880_ARQUIVO_FazendoGenero10Paper.pdf). Acesso em: 08/04/18.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação.** Curitiba, 2017. 190f. Tese. Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2017.

PEREIRA, E. A.; GOMES, Núbia P. M. **Ardis da imagem: exclusão e violência nos discursos a cultura brasileira.** Belo Horizonte: Mazza Edições, Editora PUC Minas, 2001.

SODRÉ, M. **Claros e escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil.** 2ª ed. Petrópolis. Vozes, 1999.

## Sites

**A Cor dos Apresentadores de Tv no Brasil.** Coletivo Vai da Pé. 2017. Disponível em: <http://vaidape.com.br/2017/06/pesquisa-apresentadores-negros-na-televisao/>. Acesso em: 08/04/18.

**Atlas da Violência.** Ipea. 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf). Acesso em: 07/04/18.

**Nota técnica, reserva de vagas para negros em concursos públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea. 2012. Disponível em: [http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/140211\\_notatecnicadisoc17.pdf.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140211_notatecnicadisoc17.pdf.pdf). Acesso em: 07/04/18.

**Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas.** Banco Interamericano de Desenvolvimento e Instituto Ethos. Maio de 2016. Disponível em: [https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil\\_social\\_tacial\\_genero\\_500empr](https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_tacial_genero_500empr). Acesso em: 07/04/2018.

**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>. Acesso em: 07/04/18.